

Caracterizações do governo de Hugo Chávez na ótica dos estudos acadêmicos

Eduardo Scheidt¹

Resumo: O presente artigo analisa diversas caracterizações do governo do presidente venezuelano Hugo Chávez e do regime chavista realizada por estudos acadêmicos. A produção acadêmica sobre o tema pode ser dividida em três grandes grupos: os contrárias ao chavismo, os favoráveis ao processo e ainda os estudos que se esforçam por uma análise mais equilibrada, apontando avanços mas também problemas no processo venezuelano em curso.

Palavras-chave: Hugo Chávez. Chavismo. Produção acadêmica. Representações.

Characterizations of the government of Hugo Chávez in the view of academic studies

Abstract: This article examines several characterizations of the government of Venezuelan President Hugo Chavez and the Chavez regime conducted by academic studies. The academic research on the subject can be divided into three major groups: contrary to Chavez, the favorable case studies and still striving for a more balanced, pointing advances but also problems in Venezuelan process underway.

Keywords: Hugo Chavez. Chavez regime. Academic studies. Representations.

Artigo recebido em 26/06/14 e aprovado em 05/07/14.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

Embora seja um tema recente e ainda pouco estudado, o governo de Hugo Chávez na presidência da Venezuela (1999-2012) já suscita muitas controvérsias entre os pesquisadores, tornando uma caracterização precisa de seu governo algo difícil. A despeito do meio político e midiático, que tem se caracterizado por inúmeras polêmicas, visões distintas e até mesmo contrapostas sobre o governo Chávez, entre os estudiosos acadêmicos também não há consensos e as análises sobre o ex-presidente venezuelano e o processo por ele liderado igualmente são bastante díspares.

Selecionamos para nossa análise trabalhos acadêmicos, excluindo-se a produção de jornalistas, políticos e demais autores não vinculados de alguma forma a pesquisas realizadas por profissionais oriundos da história e das ciências sociais. Até o momento, a maior parte dos estudiosos do tema é constituída por sociólogos, seguida por cientistas políticos, enquanto os historiadores dedicados à temática são ainda bastante escassos.

Um dos conceitos fundamentais que norteou nossa análise é o de “representação”. Embora ainda em construção, este conceito vem sendo cada vez mais utilizado em várias áreas do conhecimento, entre as quais a história política^{II}. Consideramos relevante o conceito de representação fundamentado por Roger Chartier. Para este autor, as representações estão conectadas com interesses de grupos sociais:

A história cultural, tal como entendemos, tem como principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. [...]. As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.^{III}

A citação é acima é crucial para uma adequada análise da produção historiográfica e acadêmica^{IV}. As representações, assim, entrelaçam-se com as lutas políticas. Elas têm um relevante papel nos atos de persuasão sobre o conjunto da sociedade, tendo como intuito conquistar um maior número adeptos para determinadas concepções. Sobre esta questão, Chartier também afirma que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. [...] As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.^V

Compartilhamos com o autor a perspectiva que as lutas de representações são tão importantes quanto às econômicas^{VI}. O conceito de representação já vem sendo utilizado em análises historiográficas, como demonstra Helenice Rodrigues da Silva ao afirmar em seu artigo que “[...] partimos do pressuposto de que a história é uma representação do passado)”^{VII}. Pensamos que as reflexões da autora podem ser

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

estendidas também a sociólogos e cientistas sociais. A nosso ver, suas produções igualmente se constituem em representações do real.

Outras referências que consideramos fundamentais para análise de obras acadêmicas são as reflexões de Michel de Certeau em seu texto *A operação histórica*. Utilizando o termo história no sentido de historiografia, o autor parte do pressuposto de que a história é uma prática, uma disciplina e seu resultado é um discurso. Ainda conforme o autor, há muito tempo já se superaram as pretensões positivistas de se reconstituir a história tal e qual se passou e se admitem, de longa data, as interferências da subjetividade do historiador na produção do conhecimento histórico.

Devido à questão da subjetividade, a história é sempre relativa. Certeau afirma que “A ‘relatividade histórica’ compõe dessa forma um quadro onde, sobre o fundo de uma totalidade da história, se destaca uma multiplicidade de filosofias individuais, as de pensadores que se fazem passar por historiadores”^{VIII}. Para melhor analisar uma determinada obra historiográfica, pois, é preciso analisar também o seu historiador, o seu tempo e o seu lugar na sociedade.

Nossa pesquisa insere-se no campo da história do tempo presente, que vem ocupando cada vez mais espaço na produção historiográfica. Por ser um campo de pesquisa muito recente entre os historiadores, a história do tempo presente ainda foi muito pouco teorizada. Um dos principais pontos de questionamento é a direta relação do historiador com seu tema, que inevitavelmente é testemunho e pesquisador de seu objeto, o que implicaria num menor distanciamento ente o historiador e seu tema. Entretanto, as reflexões teóricas contemporâneas vêm demonstrando que um pleno distanciamento, ou seja, uma imparcialidade do historiador, não existe, mesmo tendo como objeto o passado distante. Por outro lado, atualmente são cada vez mais reconhecidas as pertinentes contribuições da história do tempo presente. Entre estas, destacamos as apontadas por Jean-Pierre Rioux:

Como não sentir além disso que uma reflexão histórica sobre o presente pode ajudar as gerações que crescem a combater a atemporalidade contemporânea, a medir o pleno efeito destas fontes originais, sonoras e em imagens, que as mídias fabricam, a relativas o hino à novidade tão comumente entoado, a se desfazer desse imediatismo vivido que aprisiona a consciência histórica como a folha de plástico “protege” no congelador um alimento que não se consome?^{IX}

Os historiadores, pois, através de sua percepção de temporalidade, muito têm a contribuir para a melhor compreensão do tempo presente. Uma das melhores maneiras de análise da contemporaneidade é tendo-se em vista as transformações econômicas, sociais, políticas e culturais das sociedades ao longo do tempo.

Segundo nossa perspectiva, a produção acadêmica sobre o chavismo pode ser dividida em três grandes grupos: os contrários ao chavismo, os favoráveis ao processo e

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

ainda os estudos que se esforçam por uma análise mais equilibrada, apontando avanços mas também problemas no processo venezuelano em curso.

Uma análise claramente contrária ao governo de Chávez é perceptível no livro do cientista político venezuelano Enrique Neira Fernández^X. Para o autor, o processo de implementação da chamada “V República” se constitui numa democracia “bizarra”, no sentido de que haveria uma mescla de elementos ambíguos e um tanto indefinidos. Segundo o autor, o chavismo se constituiria em

[...] una confusa mezcla de nacionalismo militarista, caudillismo político (con añoranza del ‘gendarme necesario’ de la mitología política venezolana), una especie de democratismo autocrático, una certa tendencia al socialismo e indigenismo y un evidente neo-populismo carismático, apoyado y alimentado por la realidad de un Estado rentista y superprotecto, como es el venezolano.^{XI}

Neira Fernández faz uso de diversos termos, nem sempre fazendo explicações aprofundadas. Em sua ótica, Chávez conduziria o processo de forma autoritária, manipulando as massas, nessa mescla de elementos que em última instância seria um “democratismo autoritário”. Ainda sobre o “confuso” posicionamento ideológico de Chávez, Neira Fernández afirma que: “A Chávez hay que ubicarlo en la izquierda, a pesar de elementos conservadores de su entorno y de la ‘dinámica facista’ de extrema derecha de su movimiento.”^{XII}. Além de bastante polêmica, consideramos essa afirmação contraditória. A nosso ver, seria incompatível caracterizar qualquer personagem ou movimento político ao mesmo tempo esquerdista e fascista.

Outro exemplo de uma análise que se posiciona contrariamente ao presidente venezuelano encontramos no livro *Guerra en los Andes*, do especialista em Relações Internacionais Vitor Gomes Pinto. A obra versa sobre os países andinos, mas há um capítulo específico sobre a Venezuela durante o governo de Chávez. Na perspectiva do autor, o país seria “vítima de Chávez”. Gomes Pinto salienta os elementos autoritários do presidente, acusando-o de ter promovido um “golpe” ao convocar uma assembleia constituinte e recorrer sistematicamente à “lei habilitante”, governando por decretos.

O autor ainda salienta que o suposto “autoritarismo” seria um risco não só para a Venezuela, mas também para a América Latina, conforme o trecho abaixo:

Chávez es el personaje principal del modelo de neo-presidencialismo que se expande en América Latina, pero cada vez más es considerado como un caso complejo en términos de política internacional [...]. El pilar principal de la democracia, la posibilidad de alternancia en el poder, sigue amenazada por un presidente que desea mantenerse en el sillón presidencial hasta la muerte.^{XIII}

Centrando sua análise na questão democrática, encontramos um terceiro posicionamento contrário à Chavez no sociólogo venezuelano Alberto Lovera^{XIV}. Em um artigo específico sobre os “conselhos comunais”, o autor acusa o chavismo de promover uma equivocada dicotomia entre “democracia direta” e “democracia representativa”. Aos olhos de Lovera, ambas as práticas democráticas deveriam ser complementares e não contrapostas.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

Os conselhos comunais foram criados e incentivados pelo chavismo como um mecanismo de participação direta da população, num espaço em que a sociedade civil teria não somente possibilidade de se posicionar, mas também de formular e executar políticas públicas. Entretanto, Lovera acusa o governo de sistematicamente controlar e “manipular” os conselhos comunais que, em última instância, seriam meramente executores de demandas do poder executivo central. Desta forma, o autor conclui que o chavismo estraria se transformando numa “recentralização” de poder, de caráter autoritário, promovendo mudanças de cima para baixo e esvaziando a autonomia das organizações populares.

Um quarto estudo que se insere nesse grupo é o livro de publicação recente *O poder e o delírio* do historiador e jornalista mexicano Enrique Krauze. Embora um acadêmico, o autor se coloca mais como jornalista do que historiador nessa obra. Não há notas de rodapé e suas fontes se restringem a entrevistas, cuja proposta apresentada na introdução era analisar entrevistas tanto de opositores ao chavismo como de representantes do regime. Entretanto, ao longo das 378 páginas do livro, apenas 41 são dedicadas aos apoiadores de Chaves e ainda assim sendo na maior parte das vezes criticados pelo autor.

O mérito de Krauze é que ele não faz rodeios, posiciona-se claramente contra o chavismo desde as primeiras páginas e se diz partidário da democracia liberal que, segundo sua ótica, seria a “única admissível”. Neste sentido, o autor considera a opção venezuelana pelo chavismo como “suicídio da democracia” e ainda vai além quando caracteriza o governo de Chávez:

Com efeito, acreditando-se um construtor do futuro, Chávez na realidade é um restaurador do passado, e não de qualquer passado, mas do passado da “real vontade”, do passado contra o qual lutou, numa guerra mortal sem equivalentes em toda a região, seu herói de cabeceira Simón Bolívar: o passado monárquico espanhol.^{XV}

Nesse ponto consideramos que Krauze comete um anacronismo grosseiro, inadmissível para um historiador. Pode-se e devem-se fazer críticas a Chávez, mas não há nada mais distante do processo chavista do que uma suposta “restauração da monarquia espanhola”. Outro equívoco do autor, semelhante a Neira Fernandez é vincular o chavismo com o fascismo. Ao longo do livro, Krauze menciona à exaustão as relações da Venezuela com Cuba, chegando a afirmar que Chávez desejaria reeditar o modelo cubano. Esse é outro equívoco do historiador mexicano pois Chávez, na realidade, foi um crítico das experiências socialistas do século passado, defende que não se siga modelos e sim construa-se algo novo, adequado à realidade latino-americana.

No que tange ao grupo de estudos de perspectiva contrária, ou seja, que se posicionam claramente a favor de Chávez, destacamos inicialmente a obra dos sociólogos norte-americanos James Petras e Henry Veltmeyer^{XVI}, para os quais a Venezuela estaria atravessando um processo revolucionário rumo ao socialismo. Sobre os conselhos comunais, Petras e Veltmeyer expressam um posicionamento contraposto ao do Alberto Lovera:

Los consejos comunales activos, sometidos al control democrático, han sido efectivos al otorgarle voz y representación a una gran cantidad de barrios urbanos y pobres. Dichos

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

consejos han obtenido la lealtad y el apoyo popular dondequiera hayan entregado servicios de primera necesidad y dondequiera hayan liderado luchas contra funcionarios incompetentes o recalcitrantes del régimen chavista.^{XVII}

Além de espaços de execução de políticas públicas diretamente controlados pela população, sob a ótica dos autores, a organização de conselhos comunais também seriam organismos de lutas sociais, constituindo-se numa espécie de embriões do poder popular em um futuro Estado socialista e descentralizado. Ao invés de controlados pelo poder executivo, Petras e Veltmeyer sustentam que os conselhos comunais são autônomos e democráticos.

Os autores ainda destacam as nacionalizações e expropriações de terras promovidas por Chávez, a diversificação econômica tendo em vista a autossuficiência em alimentos, a diminuição do desemprego e o conjunto de programas sociais promovidas pelo governo, as denominadas *misiones*. Petras e Veltmeyer também sustentam que, apesar de ainda não ter rompido efetivamente com o capitalismo, Chávez estaria liderando uma transição ao socialismo.

A tese de “transição ao socialismo” é também sustentada pelo cientista social e economista alemão Heinz Dieterich, em seu livro *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Para o autor,

Hugo Chávez se catapultó a la vanguardia del debate mundial, al proclamar la necesidad de “seguir alejándonos del capitalismo” e “inventar el socialismo del siglo XXI”. Caso seguido, el Comandante reforzó su posición, enfatizando que el socialismo en Venezuela sería de carácter democrático y participativo, “en concordancia con las ideas originales de Carlos Marx y Frederico Engels”.^{XVIII}

A obra de Dieterich não é exatamente uma análise do chavismo, e sim um estudo teórico do dito “socialismo do século XXI”.^{XIX} Segundo o autor, Chávez estaria na dianteira deste processo, especialmente ao implementar a democracia direta, com vários mecanismos de participação popular.

O sociólogo norte-americano Gregory Wilpert também se insere no grupo defensor do chavismo. Em sua obra *La transformación en Venezuela hacia el socialismo del siglo XXI*, o autor se debruça na defesa das mudanças constitucionais e do judiciário, que teriam deslocado as elites do controle do Estado, abrindo espaços para ampliação da participação popular. Destaca o controle de Chávez sobre o exército, colocando esta instituição a serviço do governo e dos programas sociais, inclusive participando de sua execução. A questão da democracia participativa é, segundo Wilpert, o aspecto mais importante das transformações conduzidas por Chávez, que estaria possibilitando à sociedade venezuelana romper com os limites da democracia liberal rumo a uma efetiva participação dos cidadãos no poder decisório e na execução de políticas públicas.

Passemos agora a analisar o terceiro grupo de pesquisadores, que identificamos como os que procuram realizar uma análise equilibrada, apontando tanto méritos como deficiências de projeto chavista, bem como evitando posicionamentos a favor ou contra o presidente venezuelano.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

Um exemplo de uma análise equilibrada do chavismo é o livro *A Revolução Venezuelana*, do historiador e jornalista brasileiro Gilberto Maringoni. Apesar do título da obra, uma das argumentações principais do autor é que o processo chavista não se constitui em revolução^{XX}. Maringoni justifica seu posicionamento porque, segundo sua ótica, não teriam ocorrido mudanças estruturais na sociedade, apesar do deslocamento das elites tradicionais do poder e das importantes reformas implementadas por Chávez. Embora tenha estatizado setores da economia, promovido diversos programas sociais e distribuição de riqueza, as classes dominantes tradicionais ainda detém a maior parte de seus privilégios e o controle do processo produtivo, que continua sendo majoritariamente de capital privado.

Sobre os programas sociais, as chamadas *misiones*, o autor reconhece os esforços em expandir serviços públicos (principalmente saúde e educação) e estimular cooperativas e abastecimento popular, mas seria mais um conjunto de “medidas emergenciais”, que não alterariam significativamente a realidade socioeconômica do país. Sobre a questão da ampliação da democracia, Maringoni afirma que: “A sociedade venezuelana, anos depois da vitória de Chávez, permanece fragmentada e sem canais de participação plenamente democráticos.”^{XXI}. Sobre o aspecto da democracia, pois, o historiador brasileiro é bem mais cético do que os autores favoráveis ao chavismo que analisamos anteriormente. Acrescenta que a Venezuela não tem tradição de participação popular na política e que os movimentos sociais e instituições como sindicatos e associações são frágeis e desprovidos de autonomia.

Estes elementos estariam na base da explicação da alta centralização de poder na figura de Chávez e seu papel crucial como liderança. Nas palavras de Maringoni: “Chávez não é somente um líder, mas o principal e praticamente único garantidor do processo político em curso no seu país.”^{XXII}.

Outro trabalho que destacamos neste grupo é um artigo da historiadora venezuelana Margarita López Maya^{XXIII}. Inicialmente, a autora faz uma caracterização do chavismo como movimento, inserindo-o na “nova esquerda” latino-americana, surgida em meio à crise dos paradigmas. Segundo López Maya, apesar da forte liderança da figura de Chávez, o movimento caracteriza-se como uma aliança heterogênea entre militares e civis, grupos de orientação esquerdista tradicionais e novos. Sobre os dez anos de governo Chávez analisados no artigo, a historiadora venezuelana aponta para significativas reformas políticas, econômicas e sociais, que promoveram ampliação da participação popular no processo político, uma série de programas sociais voltados para os mais pobres, financiados pela nacionalização do petróleo, e uma clara e crescente diminuição das taxas de pobreza, do desemprego e melhorias nos índices de desenvolvimento humano. Analisando diversos dados econômicos como PIB e índice de desenvolvimento humano, López Maya sustenta que:

El bolivarianismo desde 1998 en once procesos electorales no hizo más que crecer, pareciendo consolidarse como la fuerza política más importante del país con un proyecto crecientemente consensual. Esta victoria fue posible principalmente por la combinación de un vigoroso y sostenible crecimiento económico desde 2004, acompañado por un creciente gasto fiscal en múltiples políticas sociales novedosas y participativas.^{XXIV}

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

Entretanto o processo chavista se revela deficiente em diversos aspectos. Em relação à produção econômica, apesar dos projetos de desenvolvimento agrário e industrial, continua tão dependente das rendas provenientes do petróleo como no passado. Os esforços em promover uma diversificação produtiva têm se revelado muito pouco frutíferos e insuficientes para reverter à dependência petroleira. Sobre os direitos políticos, Lòpez Maya afirma que a participação popular foi significativamente ampliada no início do governo e garantida pela nova constituição, que introduziu diversas inovações como aplicação de plebiscitos e referendos, a revogabilidade de mandatos em todos os cargos públicos eleitos, inclusive do presidente da república e diversos mecanismos de consulta popular para planejamento e execução de políticas governamentais. Entretanto,

[...] la dimensión participativa tende a restringirse para localizarse principalmente en formas de gestión popular de políticas públicas en el nivel micro, a través de los consejos comunales como privilegiadas modalidades participativas, articuladas y dependientes del gobierno central.^{xxv}

Por um lado, pois, a autora reconhece a participação popular direta da população em políticas públicas via os “conselhos comunais”, mas os considera restritos a níveis locais e aponta para o processo de crescente centralização e controle do executivo. Neste sentido, no que tange à democracia, as conclusões da autora são de que as mudanças promovidas pelo chavismo seriam contraditórias.

Outra análise equilibrada sobre Hugo Chávez e seu regime que destacamos é a do sociólogo venezuelano Edgardo Lander^{xxvi}. O autor caracteriza o regime chavista como um projeto de reconstrução nacional resgatando o elemento popular. Trata-se, conforme o autor, fundamentalmente da ampliação da democracia representativa em direção a uma democracia participativa, através de referendos, revogabilidade de mandatos em todos os níveis (inclusive do presidente), a organização de conselhos comunitários, como os “círculos bolivarianos” e os incentivos a cooperativas. Neste aspecto, Lander esboça uma interpretação diferenciada a do historiador brasileiro Gilberto Maringoni, ao reconhecer avanços na ampliação democrática. Segundo o sociólogo venezuelano,

Lo más importante que ha ocurrido en Venezuela en estos últimos cinco años no ha sido tanto la implementación de los nuevos mecanismos institucionales de la participación, sino las notorias transformaciones de la cultura política y en los procesos de inclusión, como sujetos de la acción política y organizativa de las mayorías pobres del país que se encuentran históricamente, y especialmente em las últimas dos décadas, cada vez más excluidas.^{xxvii}

Num outro artigo^{xxviii}, Lander se debruça sobre a questão democrática, em especial nos chamados “conselhos comunais”. O autor caracteriza estes organismos como forma de a população planejar e gerir as políticas públicas. Os conselhos comunais são estimulados pelo governo não apenas para promover a participação direta da população, mas também para combater a corrupção e a burocracia, em especial de prefeituras e governos estaduais. Desta forma, os conselhos comunais promovem

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

ligações diretas das comunidades populares com o executivo nacional, excluindo-se os poderes locais e regionais. Lander salienta o papel da participação ativa das comunidades, mas também não deixa de apontar uma crítica. Embora se constituam em espaços de participação política, na prática unicamente os que apoiam a “revolução bolivariana” têm participado do processo, excluindo-se os grupos opositores ao regime.

Para Lander, Chávez teria promovido uma democracia popular anti-oligárquica e anti-imperialista, porém com um extraordinário peso da liderança pessoal do mandatário. Neste aspecto, o autor é enfático: “La gran dependencia que tiene el proceso de cambio en una persona hace que el proceso mismo sea muy vulnerable.”^{XXIX}. Este excesso de personalismo, pois, é apontado como um possível obstáculo a uma plena democratização do processo político. Além disso, a política venezuelana tem se caracterizado por um continuado confronto entre governo e oposição, no qual o governo vem obtendo um apoio majoritário, mas sem conquistar hegemonia devido à falta de espaços de negociações e o persistente conflito com os setores de oposição. O autor ainda chama a atenção para outras deficiências do regime, como a dependência das rendas do petróleo para os programas sociais e o fato de o processo chavista ainda não se constituir como um modelo alternativo ao neoliberalismo. Ao mesmo tempo em que há um crescente controle do Estado nos setores estratégicos da economia (estatizados e/ou reestatizados), a maior parte da produção industrial se mantém sob controle do capital privado. Neste sentido, Lander, de forma semelhante a Maringoni, vê poucas mudanças significativas no que tange a estruturas produtivas e bases econômicas do país.

Outro trabalho que merece destaque por seu esforço em prol de uma análise equilibrada é o recente artigo do cientista político colombiano Raúl Zelik^{XXX}. Para o autor, a autodenominada “Revolução Bolivariana” se constitui num processo complexo e contraditório, em que há importantes avanços nas políticas sociais, recuperação dos recursos oriundos do petróleo com a nacionalização, diminuição das desigualdades sociais e ampliação dos canais de participação cidadã. Por outro lado, há uma liderança cada vez mais personalizada e centralizada em Chávez, incluindo uma crescente burocratização nos mecanismos de participação popular e indícios cada vez mais fortes de que o presidente venezuelano pretende ficar por um longo período no poder. Mas Zelik faz questão de deixar claro que isto não significa um mero “apego ao poder”:

El reproche que le hacen muchos observadores que el Gobierno reparte los ingresos petroleros sólo por cálculo político de mantenerse en el poder, es con toda seguridad falso. Si lo importante para el Gobierno de Chávez fuera sólo seguir en el poder, más fácil le sería seguir sirviendo a las élites tradicionales. En política social, el chavismo presenta una alternativa al neoliberalismo.^{XXXI}

Ainda conforme Zelik, as transformações no modelo econômico ainda são muito tímidas, sendo que os programas de cooperativas e incentivos agrícolas têm tido mais malogros que sucessos, não se revertendo a alta dependência das exportações de petróleo. Zelik conclui que a Venezuela vive um impasse, cuja saída seria a abertura de um debate aberto e autocrítico por parte dos protagonistas do processo chavista.

Por último, destacamos um livro que embora não seja específico sobre o chavismo, faz considerações importantes sobre o tema. Trata-se do livro *Reflexões sobre a democracia na*

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

América Latina, das historiadoras brasileiras Maria Ligia Prado, Gabriela Pellegrino Soares e Sylvia Colombo. A obra constitui-se numa reflexão das autoras sobre a questão democrática, apontando que o atual governo venezuelano não apenas tem desenvolvido projetos de inclusão social nas áreas de saúde, educação, distribuição de rendas, reforma agrária, como também tem feito esforços no sentido de transformar a chamada “democracia representativa” em “democracia participativa”. Ainda conforme as autoras, houve um significativo fortalecimento do poder executivo, especialmente na figura do presidente de Chávez, que vem se alinhando com os setores populares para promover as diversas reformas políticas, sociais e econômicas. Neste sentido há uma ambiguidade no processo. Por um lado, o processo venezuelano representa um considerável aumento do poder executivo, inclusive em detrimento dos demais poderes. Por outro, a aliança de Chávez com os setores populares vem promovendo uma crescente participação política da população e dando voz aos até então excluídos, ampliando-se a democracia que não mais se limita à tradicional democracia representativa liberal, e sim avança a uma democracia participativa.

Conforme demonstramos ao longo do artigo, as análises sobre o governo de Hugo Chávez e o processo político vivenciado pela Venezuela são bastante heterogêneas chegando, muitas vezes a conclusões díspares e contrapostas. Identificamos três grupos de estudos acadêmicos: os que se posicionam claramente contrários ao chavismo, os que se colocam a favor e o terceiro grupo que evita posicionamentos e se esforça em fazer análises equilibradas.

Mesmo no interior de cada um dos três grupos, encontramos alguns posicionamentos diferenciados. No terceiro grupo, por exemplo, enquanto Gilberto Maringoni é cético quanto ao processo democrático e sustenta que as mudanças são conduzidas especialmente pela liderança de Chávez, Edgardo Lander defende a tese de que o chavismo tem promovido uma crescente participação popular na política, ampliando o processo democrático rumo a uma democracia direta e participativa. Já Margarita López Maya reconhece também os avanços da participação política dos setores populares, mas aponta para um crescente controle por parte do governo e do partido oficial.

Os posicionamentos tão diferenciados são decorrentes do fato de que toda produção intelectual, inclusive as científicas e acadêmicas, constituem-se em representações. Neste sentido, sempre haverá uma interferência subjetiva do pesquisador. Desta forma, os estudos do primeiro grupo são fruto de autores com claros posicionamentos político-ideológicos contrários ao chavismo, muitos dos quais comprometidos com grupos conservadores e opositores na Venezuela. No segundo grupo, ao contrário, encontramos autores de esquerda e favoráveis ao socialismo, daí seus claros posicionamentos a favor do governo de Chávez e do processo por ele liderado. Mesmo no terceiro grupo, apesar de se esforçar por uma análise mais equilibrada, de forma alguma há imparcialidade, e o conjunto de seus autores demonstra seus posicionamentos às vezes mais críticos e outras mais entusiastas do processo em curso na Venezuela.

Frente a tantas controvérsias, somado ao fato de se tratar de um processo histórico ainda em curso^{xxxii}, fazer uma caracterização precisa do chavismo é algo bastante difícil, senão impossível. Ainda há muita controvérsia a respeito do real significado e abrangências das transformações promovidas pelo regime, suas relações com a democracia e até que ponto o processo pode ser considerado como alternativo ao neoliberalismo. De qualquer forma, trata-se de um debate acadêmico instigante e certamente o número de estudos sobre a temática deve aumentar nos próximos anos, contribuindo-se para se avançar nos conhecimentos sobre o tema.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

Notas

^I Professor do Departamento de Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Formação de Professores (FFP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutor em História pela USP.

^{II} Cf. CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 227-267. As autoras dividem o texto em duas partes. Primeiramente, analisam as fundamentações teóricas mais frequentes entre os autores que utilizam o conceito de representação política, inclusive recorrendo a outras áreas do conhecimento, tais como a lingüística, a antropologia e a filosofia política. Capelato e Dutra também estabelecem relações entre a utilização do conceito de representação com o de imaginário. Na segunda parte, as autoras analisam o uso do conceito de representação política na produção historiográfica brasileira recente, concluindo que o mesmo ainda está em construção.

^{III} CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990, p. 16-17.

^{IV} Embora nossas fundamentações teóricas e conceitos selecionamentos se referem principalmente ao campo da História, pensamos que são igualmente válidos para análise de obras e autores de outras áreas, como Sociologia, Ciências Políticas de demais ciências sociais.

^V CHARTIER, Roger. Op. cit., p. 17.

^{VI} Isto não significa afirmar, entretanto, que haja um determinismo simplista. Nosso entendimento é que há uma complexa interação entre as representações e os demais componentes da realidade, uma vez que, ao mesmo tempo em que as primeiras agem sobre a segunda, elas são elaboradas em sintonia com elementos econômicos, sociais e políticos de uma determinada sociedade em uma conjuntura. Além disso, as representações são elaboradas por indivíduos ou grupos a partir do lugar que eles ocupam numa sociedade, conforme seus distintos interesses, sua classe social, as visões de mundo de sua época.

^{VII} SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 84.

^{VIII} CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 19.

^{IX} CHAVEAU, Agnés e TÉTART, Philippe (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru/SP: EDUSC, 1999, p. 46.

^X NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. *Venezuela: IVª y Vª Repúblicas (1958-2006)*. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitários, ULA, 2006.

^{XI} NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. Op. cit., p. 161.

^{XII} NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. Op. cit., p. 165.

^{XIII} GOMES PINTO, Vitor. *Guerra en los Andes*. Quito: Abya-Yala, 2008, p. 202-203.

^{XIV} LOVERA, Alberto. Los consejos comunales en Venezuela: ¿Democracia participativa o delegativa? in: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, v. 14, n. 1. Caracas: 2008.

^{XV} KRAUSE, Enrique. *O poder e o delírio*. São Paulo: Benvirá, 2013, p. 329-330.

^{XVI} PETRAS, James e VELTMAYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. México: Lumen México, 2009. Nesta obra sobre a esquerda latino-americana, os autores dedicam um extenso capítulo à Venezuela de Hugo Chávez, entre as páginas 329 e 380.

^{XVII} PETRAS, James e VELTMAYER, Henry. Op. cit., p. 340-341.

^{XVIII} DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005, p. 15.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

^{XIX} O dito “socialismo do século XXI” ainda é algo bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque justamente se propõe a ser “inventado” e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de “propriedade social”. Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado “socialismo”, já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Os principais aspectos do sistema seriam uma ampliação da democracia, através de diversos mecanismos de democracia direta e participativa, bem como uma distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais.

^{XX} Na verdade, o livro tem esse título porque integra uma coleção sobre revoluções do século XX, dirigida por Emilia Viotti da Costa.

^{XXI} MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 24.

^{XXII} MARINGONI, Gilberto. Op. cit., p. 170.

^{XXIII} LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol. 14, n. 3. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2008, p. 55-82.

^{XXIV} LÓPEZ MAYA, Margarita. Op. cit., p. 67.

^{XXV} LÓPEZ MAYA, Margarita. Op. cit., p. 69.

^{XXVI} LANDER, Edgardo. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. *La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 97-146.

^{XXVII} LANDER, Edgardo. Op. cit., p. 122.

^{XXVIII} LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: *OSAL*, ano VII, n. 22. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 65-86.

^{XXIX} LANDER, Edgardo. Izquierda y..., p. 123.

^{XXX} ZELIK, Raúl. ¿“Socialismo del siglo XXI” o viejo centralismo estatal? Una lectura dididente de las transformaciones en Venezuela. In: *Fórum: Revista del Departamento de Ciencia Política*, n. 1. Mendelin: Universidad Nacional, 2011, p. 13-34.

^{XXXI} ZELIK, Raúl. Op. cit., p. 30.

^{XXXII} Mesmo que Hugo Chávez tenha se afastado do poder em dezembro de 2012 devido ao agravamento de um câncer e falecido em março do ano seguinte, o chavismo continua no poder com a eleição de Nicolás Maduro para sua sucessão. Neste sentido é pertinente considerar o chavismo um processo histórico em curso.

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: história e presente**. Campinas: Papirus, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política: o reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, p. 227-267.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: uma opinião sobre as representações sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000, p. 9-39.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS
ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 17-48.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CHAVEAU, Agnés e TÉTART, Philippe (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru/SP: EDUSC, 1999.

DIETERICH, Heinz. **Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI**. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

GOMES PINTO, Vitor. **Guerra en los Andes**. Quito: Abya-Yala, 2008.

KRAUSE, Enrique. **O poder e o delírio**. São Paulo: Benvirá, 2013.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: **OSAL**, ano VII, n. 22. Buenos Aires: CLACSO, 2007, p. 65-86.

_____. Izquierda y populismo: alternativas al neoliberalismo en Venezuela. In: RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. **La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005, p. 97-146.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. In: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol. 14, n. 3. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2008, p. 55-82.

LOVERA, Alberto. Los consejos comunales en Venezuela: ¿Democracia participativa o delegativa? in: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 1. Caracas: 2008. Disponível em < http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1315-64112008000100008&script=sci_arttext>. Acessado em julho de 2012.

MARCANO, Cristina e BARRETA TYSZKA, Alberto. **Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

_____. **A Venezuela que se inventa: poder, petróleo e intriga nos tempos de Chávez**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NEIRA FERNÁNDEZ, Enrique. **Venezuela: IV^a y V^a Repúblicas (1958-2006)**. Mérida – Venezuela: Talleres Gráficos Universitarios, ULA, 2006.

PETRAS, James e VELTMAYER, Henry. **Espejismos de la izquierda en América Latina**. México: Lumen México, 2009.

PRADO, Maria Ligia et. al. **Reflexões sobre a democracia na América Latina**. São Paulo: Senac, 2007.

RODRÍGUEZ GARAVITO, César et. al. (orgs.) **La nueva izquierda en América Latina: sus orígenes y trayectoria futura**. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.

CARACTERIZAÇÕES DO GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ NA ÓTICA DOS ESTUDOS
ACADÊMICOS

EDUARDO SCHEIDT

SILVA, Helenice Rodrigues da. A História como “a representação do passado”: a nova abordagem da historiografia francesa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000, p. 81-99.

WILPERT, Gregory. **La transformación en Venezuela hacia el socialismo del siglo XXI**. Caracas: Monte Ávila Editores, 2009.

ZELIK, Raúl. ¿”Socialismo del siglo XXI” o viejo centralismo estatal? Una lectura dididente de las transformaciones en Venezuela. In: **Fórum: Revista del Departamento de Ciencia Política**, n. 1. Mérida: Universidad Nacional, 2011, p. 13-34.